

Introdução. História e memórias, relações entre arte e prisão

Dirceu Franco Ferreira (Universidade de São Paulo/CoPALC)

Cristiane Checchia (Universidade Federal da Integração Latinoamericana)

Daniel Fessler (Universidad de la República/Sistema Nacional de Investigadores - ANII)

Glória Alinho (Georgetown University, Washington-DC, EUA)

Luis González Alvo (CONICET-Universidad Nacional de Tucumán/ CoPALC)

Mario Rodríguez Torres (Universidade Federal da Integração Latinoamericana)

Samuel Tracol (Sorbonne-Université/CoPALC)

Este dossiê reúne reflexões sobre arte e prisão. Ele propõe pensar as formas através das quais a arte reinventa as relações sociais no espaço prisional e para além dele. Movidos pela inquietação, ou por aquilo que nos perturba com relação à existência das prisões, o grupo a cargo da organização do dossiê formulou alguns problemas-chave para incentivar pesquisadores, artistas e militantes a pensar suas contribuições. Que espaço existe na prisão para a literatura, a fotografia, a pintura, o cinema, ou o artesanato? Como nascem e se desenvolvem os projetos artísticos na prisão? De que forma pode a arte ajudar a manter ou mesmo reinventar os vínculos identitários anteriores à prisão? Pode a arte ajudar a criar novos espaços identitários na prisão? Como é que a produção artística leva à pesquisa, e como esta se expressa artisticamente? Como pode a arte conduzir a uma reflexão política e ética sobre a prisão? O uso da arte nas instituições de privação de liberdade possui uma história? Que funções foram atribuídas à arte nessas instituições? De que forma é a prisão permeável aos movimentos artísticos e, no sentido inverso, de que modos a própria instituição Arte se desestabiliza e se recria a partir do fazer artístico no interior de espaços marginalizados, como as prisões?

Ainda que, como o leitor poderá averiguar, os textos aqui reunidos busquem responder a algumas destas questões, é importante mantê-las em aberto para que integrem novas reflexões e provoquem ações concretas. Estas devem abranger a investigação acadêmica assim como outras instituições, pois um caminho para pensar alternativas para o cárcere é falando sobre ele da forma mais ampla possível. Muitas vezes à sombra dos muros da prisão, essas alternativas surgem e se fortalecem a cada dia, mostrando que um dos caminhos para uma abolição do cárcere, tal qual o conhecemos, é a luta contra a lógica destrutiva da exclusão e da privação da liberdade.

A ideia deste dossiê nasceu, em 2021, durante os seminários realizados pelo grupo de pesquisa *Colonização Penitenciária na América Latina e Caribe* (CoPALC), em parceria com a *Revista de Historia de las Prisiones*, com o Projeto de extensão *Direito à Poesia* (UNILA), com a Universidade da Guiana e com a Universidade de São Paulo. Foram realizados encontros ao longo de todo o ano, laureados pelo Programa de Cátedras Franco-brasileiras promovido pelo Consulado Geral da França em São Paulo. Através de um trabalho inter e transdisciplinar evidenciou-se um campo de pesquisas importante a ser mais amplamente explorado sobre as relações entre a prisão e as artes, relações essas que nos podem ajudar a vislumbrar alternativas às políticas contemporâneas de encarceramento.

Acreditamos que uma parte dessa mudança envolve a construção de um olhar mais complexo sobre a realidade do encarceramento, examinando imagens estabelecidas e elaborando novas representações. Nesse sentido, o artigo assinado por Lucas Adur, Inés Ichaso e Julia Satlari constitui um bom exemplo a este respeito. A partir da leitura da novela *Ultratumba*, de Leonardo Oyola, os autores propõem pensar o “lugar da prisão na literatura e o lugar da literatura na prisão”. Isso porque além da complexa visão do cárcere que esta novela apresenta, é também apresentado um trabalho com oficinas de leitura e escrita no contexto do *Programa de Extensión en Cárceres*, da Universidade de Buenos Aires. Dialogando “de um lado e de outro das grades”, os autores exploram o potencial

da oficina de escrita como “uma fábrica de histórias, uma máquina de invenção de linguagens, de metáforas e imagens”. Dialogando dos dois lados do muro, os autores criaram um espaço público de convivência e produção artística. Esse espaço é, assim, radicalmente político, pois promove a experiência em comum mediada pela troca criativa.

Nesse encontro entre arte e política na prisão se estabelece uma dimensão importante dos estudos aqui reunidos. Isso acontece, por exemplo, na produção de intelectuais que passaram pela experiência do encarceramento, normalmente vivida na condição de “presos políticos”, classificação esta que vem sendo questionada por fazer parte de uma lógica binária (preso político/preso comum) que reforça a fratura social e o controle dos corpos. Para esses letrados, o domínio da escrita possibilitou formas de denunciar a injustiça e a opressão vividas na prisão, como no caso de George Jackson ou de Antonio Gramsci que optaram por narrar a experiência na prisão por meio de cartas. Em outros casos, como o que nos relata Isabelle Pouzet em seu artigo sobre Manuel Vázquez Portal, preso político cubano, a liberdade na escrita é exercida na experimentação com a própria linguagem em textos que variaram desde a escrita epistolar, passando pelo diário íntimo e a narração direta do cotidiano até a poesia. Assim como Portal fez uso da escrita para expressar suas ideias e sobreviver à dureza do cárcere cubano, no Brasil, presos políticos da ditadura militar (1964-1985), também exploraram a potência da arte tanto para elaborar, no plano estético, o trauma experimentado na prisão, como para criar um modo de resistência ao regime político pelo qual foram perseguidos. Quem nos conta essa história é Andrea Siqueira D’Alessandri Forti, a partir de um acervo de obras de arte reunido na coleção Alípio Freire-Rita Sipahi, formada por objetos confeccionados artesanalmente, pinturas em tela, gravuras e escritos por presos políticos que habitavam algumas prisões do estado de São Paulo naquele período. Atenta à produção e circulação desses objetos, dentro e fora da prisão, Forti sugere que eles sejam examinados como pontes para a compreensão de regimes de violência política, mas também como documentos reveladores da “vivência na prisão”.

Ainda nessa linha das relações entre arte e política em contextos de privação de liberdade, o dossiê traz uma entrevista inédita com o historiador Philippe Artières sobre a famosa rebelião de presos em Attica (estado de Nova York, EUA), ocorrida no dia 13 de setembro de 1971. Nesta entrevista o historiador sublinha a importância que tiveram as artes na mobilização dos *Black Panthers* nos anos 1960 e 1970 e o modo como as artes visuais, foram uma linguagem importante na luta dos presos de Attica, promovendo o que Artières chama de “luta de imagem”, por meio da qual os rebelados buscaram sensibilizar a população. No período em que o presídio permaneceu sublevado, o trabalho de fotógrafos, cinegrafistas e artistas visuais foi emblemático e as imagens produzidas dentro da prisão conflitavam com aquelas produzidas pelos discursos das autoridades que, do lado de fora, demonizavam o movimento dos presos. Artières, que também foi curador da exposição *Attica USA 1971* (cujo catálogo foi publicado em 2017 pela editora Le point du jour), nos lembra que naquele momento histórico “artistas, músicos, estudantes, ativistas estavam comprometidos com a história” e viabilizaram grande mobilização em torno à causa política dos presos de Attica.

Interrogar o lugar da arte dentro do cárcere implica não só perceber o seu potencial em termos de produção de novas formas de significar e ressignificar a experiência de vida, mas também o papel exercido pela produção artística/artesanal na dinâmica social no contexto de privação da liberdade. Como diferenciar uma oficina desinteressada (de leitura ou de produção artesanal) de um gesto de governamentalidade, que transforma a produção artística em estratégia de controle ou exploração do trabalho da pessoa presa? Por outro lado, como perceber a dinâmica das oficinas de produção artística no interior de relações marcadas por sistemas de punição/bonificação e lógicas hierarquizadas muito estreitas? Essas questões lançam um audacioso desafio enfrentado no artigo de Sebastian Mulieri, no qual são analisadas experiências de produção artística em uma unidade penal para mulheres na cidade de La Plata, Argentina. Este artigo parte de um ponto de vista antropológico e revela as relações sensíveis que existem entre criação artística e valorização moral. A honra e a auto-estima são apontadas como alguns destes valores que emergem na “sociedade dos cativos”. As interações pessoais e sociais, baseadas igualmente na moralidade, interferem, assim, no governo do cárcere.

O diálogo entre os agentes dessa “sociedade” (presos e os responsáveis por sua custódia) e aqueles que estão fora dela é, muitas vezes, marcado pelos efeitos indelévels da prisionização, que tornam a reinserção social uma tarefa apoiada muito mais no esforço individual e familiar de cada detido, do que no trabalho dos agentes institucionais. Tem sido, desse modo, um lugar comum afirmar que a prisão é uma instituição pouco permeável a mudanças e, resultado disso, os que vivem ou trabalham nela absorvem em suas vidas íntimas aspectos dessa impermeabilidade, tornando-se cada vez mais parte constitutiva da instituição. Paradoxalmente, é justamente o esforço de dar sobrevida à ideologia da reinserção social e da transformação pessoal que vem sustentando muitos trabalhos artísticos com apenados, em vários países do mundo. No México, de acordo com Cristina del Carmen Solís Reyes, o teatro levado à prisão atende tanto aos interesses da instituição, de tornar o preso um “sujeito socializado”, como dos próprios indivíduos que, ao se apropriarem das técnicas e dos saberes teatrais, reinventam suas identidades, denunciam as condições de encarceramento e, por fim, experimentam uma profissionalização por meio da arte. Desse modo, sugere Solís Reyes, somos levados à questão, legítima e necessária, sobre o lugar do teatro penitenciário: pretende este responder às necessidades dos próprios reclusos ou às da Instituição? Independentemente da resposta que formulemos à pergunta de Solís Reyes, uma expressão artística não pode ser reduzida a uma função utilitária, pois ela é potência criativa e pode ser apropriada de infinitas formas. Dialogando com as diferentes potencialidades da arte teatral, o artigo de Thaisa Schmaedecke, examina sua capacidade de produzir conhecimento sobre a realidade prisional. Por meio de uma leitura crítica de duas performances teatrais, *Banho de Sol*, da Zula Cia de Teatro, e *Ginástica da Pele*, de Berna Reale, a autora investiga o papel do artista na reflexão sobre o cárcere, dos pontos de vista ético e político, transcendendo o espaço da prisão e do teatro performático, ao projetar-se na realidade e incorporar atores de um universo ao qual, normalmente, são estranhos. Schmaedecke nos mostra uma contiguidade entre atores/prisioneiros por meio do corpo, ente-físico que é alvo privilegiado de mecanismos disciplinares e tecnologias de poder.

Mesmo privada de sua liberdade, despojada muitas vezes dos direitos que deveriam protegê-la, descaracterizada dos traços de sua identidade, a pessoa presa não é matéria inerte, sem cor, sem alma, não é massa homogênea e compacta, como muitas vezes é representada. A subjetividade, as memórias, um modo de ler o mundo e de resistir aos efeitos deletérios do aprisionamento podem ser captadas em pequenos gestos do cotidiano, como nos mostra Natalia Negretti em seu ensaio sobre o livro *Ausência*. A autora demonstra isso recuperando as relações de afeto e solidariedade no cotidiano da Penitenciária Feminina de Santana, em São Paulo, por meio de fotografias, bordados e relatos da vida íntima. Esses documentos da vida privada, produzidos em um espaço de privação da liberdade, expõem a complexidade de uma visão sobre as relações existenciais tecidas no ambiente carcerário. Eles são, ao mesmo tempo, impregnados pelas marcas do aprisionamento e pela busca incessante de transpor o constrangimento físico, moral e existencial imposto pelos (quase) intransponíveis muros da prisão. Mas, em que medida podemos falar de “vida privada”, ou “vida íntima”, quando se está privado da liberdade? Logo, esses documentos são também frutos da privação, da impossibilidade de se comunicar na intimidade, salvo quando ela é regida pela norma, realizada na forma direito. Talvez por isso, a memória do tempo na prisão acompanhe por tantos anos a vida daquelas pessoas que por ela passaram, que a atravessaram. Trata-se de uma memória sensível, sem sombra de dúvida, pois se torna parte da identidade, como em José Joaquim de Almeida, *Pinho*, que resolveu pintar uma série de quadros sobre *O destino do rapaz de rua*, décadas depois de sua experiência como interno de uma instituição para menores, em Portugal. Essa “gestação dolorosa da memória”, nas palavras de Viviane Borges e António Olaio, só pode ser captada pela arte, cuja liberdade criativa possibilitou o reencontro do autor com sua própria experiência traumática, legando ao mundo um testemunho público de sua vida em prisão. A série de quadros pintada por *Pinho* é analisada no artigo dos autores supracitados, que versa sobre a “experiência de confinamento” do artista em reformatórios portugueses nos anos 1930 e 1940, fechando o dossiê com uma interessante reflexão acerca das diferenças entre o conhecimento produzido pela academia e aquele produzido pela arte. Tal questionamento chama ainda nossa atenção a registros documentais menos tradicionais que podem seguir ampliando os caminhos da pesquisa em história das prisões, como também é o objetivo deste dossiê.

Este breve panorama das contribuições reunidas na edição é um convite à leitura. Agradecemos aos colaboradores, autores e avaliadores, esperando que esta seja uma oportunidade para repensar nosso lugar diante do atual contexto de encarceramento massivo e seletivo, especialmente nas Américas, território de lutas anti-prisionais enfocadas nesta publicação e onde buscamos vislumbrar um horizonte de transformações. Boa leitura!